



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 181/2013, de 14 de Outubro, que passam a ter a seguinte redacção:

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Ministério da Economia e Finanças:

Diploma Ministerial n.º 83/2022:

Altera os artigos 26 e 31 do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 181/2013, de 14 de Outubro.

Despacho:

Delega no Director Nacional de Planificação e Orçamento as competências previstas nas alíneas d), j), k) e l) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 10 do Decreto n.º 1/2022, de 18 de Janeiro.

Comissão Interministerial da Reforma da Administração Pública:

Resolução n.º 10/2022:

Revê o conteúdo dos artigos 4, 5, e suprimido o artigo 10, da Resolução n.º 3/2020, de 13 de Março.

Resolução n.º 11/2022:

Aprova o Quadro de Pessoal do Ministério dos Recursos Minerais e Energia e revoga a Resolução n.º 23/2018, de 17 de Julho.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Diploma Ministerial n.º 83/2022

de 25 de Julho

Havendo necessidade de alterar e criar novos perfis de Agentes do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), no Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos (MAF), aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 181/2013, de 14 de Outubro e com vista a reajustar a utilização do e-SISTAFE pelos funcionários, agentes do Estado e demais colaboradores que prestam serviços a esta entidade, ao abrigo do artigo 2 do Decreto n.º 26/2021, de 3 de Maio, determino:

Artigo 1. São alterados os artigos 26 e 31 do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos

“ARTIGO 26

(Agente de Conformidade)

1. O Agente de Conformidade, abreviadamente designado AGC, tem a responsabilidade de efectuar as tarefas de controlo, fiscalização e acompanhamento rotineiro das contas de gestão e de responsabilidade da UG, emitindo as correspondentes conformidades processual e documental.

2. Compete ao AGC:

- aprovar e manter os classificadores do plano e orçamento registados no e-SISTAFE;
- aprovar e manter as propostas de acções no e-SISTAFE;
- certificar-se da legalidade dos actos que resultem no recebimento de numerário, realização de despesa, criação ou extinção de direitos e de obrigações;
- proceder à conferência do numerário, valores e outros bens sob responsabilidade do Ordenador de Despesa (OD);
- autorizar a emissão de Ordens de Pagamento (OP's) no e-SISTAFE; e
- registar a conformidade processual de cabimento, de liquidação, de redistribuição e documental.”

“ARTIGO 31

Agente do Plano e Orçamento

1. O Agente do Plano e Orçamento, abreviadamente designado APO tem a responsabilidade de executar as tarefas inerentes à elaboração e à administração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).

2. Compete ao APO:

- criar e manter os classificadores do plano e orçamento no e-SISTAFE;
- fazer a carga de limites orçamentais no e-SISTAFE;
- criar e manter acções no e-SISTAFE;
- proceder ao registo, no e-SISTAFE, das acções e das dotações iniciais aprovadas para os órgãos e instituições do Estado;
- proceder ao registo, no e-SISTAFE, dos cativos obrigatórios e das correspondentes libertações;
- proceder ao registo, no e-SISTAFE, das alterações das acções e das correspondentes dotações orçamentais aprovadas ao longo do exercício;
- abrir, manter e encerrar os Processos Administrativos (PA's) relativos à administração do PESOE; e
- assessorar o dirigente do órgão e instituição do Estado em todos os assuntos de natureza técnico-legal inerentes à elaboração e à administração do PESOE.”

ARTIGO 2

É introduzido o artigo 33-A, com a seguinte redacção:

“ARTIGO 33-A

(Agente de Monitoria e Avaliação)

1. O Agente de Monitoria e Avaliação, abreviadamente designado AMA, tem a responsabilidade de executar as tarefas inerentes à monitoria e avaliação dos instrumentos de planificação e orçamentação.

2. Compete ao AMA:

- a) fazer o acompanhamento e análise comparativa do planificado e o executado;
- b) proceder ao registo da execução da meta-física; e
- c) assessorar o dirigente do órgão e instituição do Estado em todos os assuntos de natureza técnico-legal inerentes à monitoria e avaliação de todos os instrumentos de planificação e orçamentação.

ARTIGO 3

(Dúvidas)

As dúvidas suscitadas na interpretação do presente Diploma são esclarecidas pelo Director Nacional de Planificação e Orçamento e pelo Director Nacional de Monitoria e Avaliação.

ARTIGO 4

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Maputo, 5 de Abril de 2022. – O Ministro da Economia e Finanças, *Ernesto Max Elias Tonela*

Despacho

Havendo a necessidade de delegar parte das competências previstas no artigo 10 do Decreto n.º 1/2022, de 18 de Janeiro, bem como a competência para autorizar o pagamento de despesas resultantes de direitos individuais com requisitos legalmente estabelecidos, nos termos do artigo 42 da Lei n.º 14/2011, de 10 de Agosto, que regula a formação da vontade da administração pública, determino:

1. São delegadas no Director Nacional de Planificação e Orçamento as competências previstas nas alíneas *d)*, *j)*, *k)* e *l)* do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 10 do Decreto n.º 1/2022, de 18 de Janeiro:

- a) a inscrição de novas actividades e projectos, sob proposta devidamente fundamentada e mediante a apresentação do Contrato ou Acordo de financiamento respectivo, quando aplicável;
- b) a inscrição da receita e da correspondente despesa, em caso de ocorrência de recursos adicionais e/ou extraordinários, resultantes de saldos transitados de exercícios findos, de donativos e de créditos;
- c) a inscrição da receita e da correspondente despesa, em caso de ocorrência de excessos de arrecadação de receita própria e consignada e de saldos financeiros transitados de exercícios anteriores;
- d) a criação e alteração de Fontes de Recurso dos órgãos e instituições do Estado;
- e) a alteração do limite da rubrica de Remunerações Extraordinárias, mediante pedido devidamente fundamentado pelo dirigente do órgão requerente;

f) a atribuição de limites nas rubricas a seguir indicadas, por não serem objecto de planificação detalhada:

- i. Retroactivos salariais;
- ii. Retroactivos de Pensões;
- iii. Demais Pagamentos de Exercícios Findos.

2. Para além das competências retro indicadas, é igualmente delegada ao Director Nacional de Planificação e Orçamento, a competência para autorizar:

- a) a transferência de dotações orçamentais resultantes dos processos de Mobilidade de Pessoal, efectivadas por acordo entre os órgãos e instituições do Estado a todos os níveis;
- b) o pagamento de despesas resultantes de direitos individuais com requisitos legalmente estabelecidos, conforme o seguinte:
 - i. Salários e Remunerações;
 - ii. Subsídio de Adaptação;
 - iii. Subsídio de Compensação aos Dirigentes Superiores do Estado, titulares de cargos governativos e outros beneficiários do direito à habitação por conta do Estado, que residam em casa própria;
 - iv. Subsídio de Funeral; e
 - v. Subsídio por Morte.

3. A delegação de competências pode ser avocada ou revogada sempre que circunstâncias supervenientes o justifiquem.

4. O presente despacho entra em vigor na data da publicação e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2022.

5. É revogado o Despacho de 26 de Fevereiro de 2021.

Maputo, 30 de Março de 2022. – O Ministro da Economia e Finanças, *Ernesto Max Elias Tonela*.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Resolução n.º 10/2022

de 25 de Julho

Havendo necessidade de proceder a revisão pontual do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, aprovado pela resolução n.º 3/2020, de 13 de Março, no uso das competências delegadas pelo Conselho de Ministros, nos termos do n.º 1, do artigo 1, da Resolução n.º 30/2016, de 31 de Outubro, alterado pelo parágrafo único do artigo 1, da Resolução n.º 61/2020, de 2 de Dezembro, a Comissão Interministerial da Reforma da Administração Pública delibera:

Artigo 1. É revisto o conteúdo dos artigos 4, 5, e suprimido o artigo 10, da Resolução n.º 3/2020, de 13 de Março, passando a ter a seguinte redacção:

“CAPÍTULO II

Sistema Orgânico

ARTIGO 4

(Estrutura)

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tem a seguinte estrutura:

- a) ...;

- b) ...;
- c) ...;
- d) ...;
- e) Direcção Nacional de Promoção de Agricultura Comercial;
- f) Direcção Nacional de Sanidade Agropecuária e Biossegurança;
- g) Direcção de Planificação e Políticas;
- h) Direcção de Cooperação e Mercados;
- i) Direcção de Administração e Recursos Humanos;
- j) Direcção de Informação e Comunicação Agrária;
- k) Gabinete Jurídico;
- l) Gabinete de Salvaguardas Sociais e Ambientais;
- m) Gabinete do Ministro; e
- n) Departamento de Aquisições.

ARTIGO 5

(Instituições Tuteladas)

São instituições tuteladas pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural as seguintes:

- a) Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM);
- b) Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural, FP (FAR, FP);
- c) Instituto Nacional de Irrigação, IP (INIR, IP);
- d) Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN);
- e) Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, FP (FNDS, FP);
- f) Instituto de Algodão e Oleaginosas de Moçambique, FP (IAOM, IP);
- g) Instituto de Amêndoas de Moçambique, IP (IAM, IP); e
- h) Outras como tal definidas nos termos da legislação aplicável.”

ARTIGO 2

A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Comissão Interministerial da Reforma da Administração Pública, aos 25 de Março de 2022.

Publique-se.

O Presidente, *Adriano Maleiane*.

Resolução n.º 11/2022

de 25 de Julho

Havendo necessidade de proceder à revisão do Quadro de Pessoal do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, aprovado pela Resolução n.º 23/2018, de 17 de Julho, nos termos da alínea *a*) do n.º 5, do artigo 3, do Decreto Presidencial n.º 37/2020, de 2 de Dezembro, a Comissão Interministerial da Reforma da Administração Pública delibera:

Artigo 1. É aprovado o Quadro de Pessoal do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, constante em anexo, que faz parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. O preenchimento de lugares no presente Quadro de Pessoal fica condicionado à existência de disponibilidade orçamental.

Art. 3. É revogada a Resolução n.º 23/2018, de 17 de Julho, que aprova o Quadro de Pessoal do Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

Art. 4. A Presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Comissão Interministerial da Reforma da Administração Pública, Maputo, aos 6 de Agosto de 2021.

Publique-se

O Presidente, *Carlos Agostinho do Rosário*.